

MINAS GERAIS

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:
- Licença de Operação Corretiva - LOC (LAC1): 1) Quintão Materiais e Madeiras para Construção Ltda, Fabricação de móveis de madeira, e/ ou seus derivados, com pintura e/ou verniz; Fabricação de máquinas em geral e implementos agrícolas, bem como suas peças e acessórios metálicos, Tocantins/MG, PA nº 2148/2023. Classe 4. Motivo: Insuficiência Técnica.
(a) Dorgival da Silva, Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata.

29 1875682 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretor-Geral: Breno Esteves Lasmar

O Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas exonera, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, TAMIRES ANDREZA BRAZ DE ANDRADE, MASP 1375028-6, para o cargo de provimento em comissão DAI-6 FL1100028.

O Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, do art. 1º, § 2º da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, TAMIRES ANDREZA BRAZ DE ANDRADE, MASP 1375028-6, para o cargo de provimento em comissão DAI-15 FL1100140, de recrutamento amplo.
*Retifica, os atos publicados no dia 29/11/2023, onde se lê “Presidente”, leia-se “ Diretor-Geral”.

29 1875404 - 1

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

Os Chefes das Unidades Regionais de Regularização Ambiental do Sul de Minas e Noroeste de Minas, no uso de suas atribuições estabelecidas no art. 23 do Decreto Estadual nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Retificações:
Retifica-se a portaria nº. 000863 publicada dia 28/02/2018. Onde se lê: Outorgado: Paulo Couto. CPF: 076.34*.***.***. Ponto de captação: Lat. 15°19'50"S e Long. 46°30'08" W. Vazão Outorgada (l/s): 100,0. Finalidade: Irrigação de uma área de 100 ha através do método de pivô central com o tempo de captação de 12:00 horas/dia, sendo 09 dias nos meses de janeiro, março, junho e novembro, 07 dias no mês de fevereiro, 14 dias no mês de abril, 13 dias no mês de maio, 08 dias nos meses de julho e dezembro, 06 dias no mês de agosto e volumes máximos mensais de 38880 m³ nos meses de janeiro, março, junho e novembro, 30240 m³ no mês de fevereiro, 60480 m³ no mês de abril, 56160 m³ no mês de maio, 34560 m³ nos meses de julho e dezembro, 25920 m³ no mês de agosto. Condicionantes: 1. Manutenção da vazão mínima residual 100% da Q7,10, ou seja, 0,033 m³/s. PRAZO: A partir do recebimento do AR do certificado de outorga. 2. Implantar sistema de medição vazão, horímetro e de monitoramento de fluxo residual nos termos da RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/IGAM nº 2.302/2015, e apresentar relatório técnico fotográfico a esta Superintendência após a implementação. PRAZO: 90 (noventa) dias a partir do recebimento do AR do certificado de outorga. 3. Instalar tubulação para fluxo residual, que funcionará para estabelecer a manutenção mínima de 100% da Q7,10 e apresentar relatório técnico fotográfico a esta Superintendência após a implementação. PRAZO: 120 (cento e vinte) dias a partir do recebimento do AR do certificado de outorga. 4. Realizar o MONITORAMENTO da vazão captada e de fluxo residual mínimo a jusante diariamente, armazenando esses dados em formatos de de planilhas, nos termos do Art. 12 da RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/IGAM nº 2.302/2015. PRAZO: Durante o prazo de vigência da outorga. 5. O sistema de medição adotado pelo usuário deverá possuir capacidade de aferição in loco por órgão integrante do SISEMA, ou entidade por ele delegada, dos valores de vazões captadas, tempo de captação e fluxos residuais. O usuário deverá disponibilizar todos os recursos necessários para a aferição in loco dos registros. PRAZO: Durante o prazo de vigência da outorga. 6. Quando da renovação desta Portaria IGAM ou quando solicitado pelo órgão, fica o empreendedor obrigado a apresentar os dados do monitoramento da vazão captada, vazão regularizada e fluxo residual mínimo a jusante por meio físico e digital, este em planilha conforme modelo disponibilizado nos sítios eletrônicos do IGAM e da SEMAD, nos termos do Art. 20 do Capítulo III da RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/IGAM nº 2.302/2015. PRAZO: Durante o prazo de vigência da outorga. 7. Os dados de monitoramento deverão ser apresentados juntamente com os seguintes documentos: (Nos termos do Art. 21 da RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/IGAM nº 2.302/2015) I - Cópia do CPF e RG (para pessoa física) ou cartão de CNPJ (para pessoa jurídica); II - Cópia da ART, conforme artigo 13, expedida pelo CREA; III - ART do responsável técnico pelo envio dos dados de monitoramento, expedida pelo CREA. PRAZO: Durante o prazo de vigência da outorga. Leia-se: Outorgados: P1 - Paulo Couto e Gildaci Rodrigues Azevedo Couto. CPF's: 076.34*.***.***. 778.62*.***.***. Ponto de captação: Lat. 15°19'49,8"S e Long. 46°30'00,63"W. Vazão outorgada (l/s): 100,0. Finalidade: Irrigação de uma área de 100 ha através do método de pivô central com o tempo de captação de 12:00 horas/dia, sendo 09 dias nos meses de janeiro, março, junho e novembro, 07 dias no mês de fevereiro, 14 dias no mês de abril, 13 dias no mês de maio, 08 dias nos meses de julho e dezembro, 06 dias no mês de agosto e volumes máximos mensais de 38880 m³ nos meses de janeiro, março, junho e novembro, 30240 m³ no mês de fevereiro, 60480 m³ no mês de abril, 56160 m³ no mês de maio, 34560 m³ nos meses de julho e dezembro, 25920 m³ no mês de agosto. P2 Artemio Balest. CPF: 305.33*.***.***. Ponto de captação: Lat. 15°19'49,8"S e Long. 46°30'00,63"W. Vazão outorgada (l/s): 100,0. Finalidade: Irrigação de uma área de 100 ha através do método de pivô central com o tempo de captação de 12:00 horas/dia, sendo 09 dias nos meses de janeiro, março, junho e novembro, 07 dias no mês de fevereiro, 14 dias no mês de abril, 13 dias no mês de maio, 08 dias nos meses de julho e dezembro, 06 dias no mês de agosto e volumes máximos mensais de 38880 m³ nos meses de janeiro, março, junho e novembro, 30240 m³ no mês de fevereiro, 60480 m³ no mês de abril, 56160 m³ no mês de maio, 34560 m³ nos meses de julho e dezembro, 25920 m³ no mês de agosto. Condicionantes: 1. Realizar leituras diárias de vazão captada e do tempo de captação em todas as bombas, armazenando os dados em planilhas, conforme modelo disponível no sítio eletrônico do Igam, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, ou entidade por ele delegada, e serem apresentadas ao Igam, por meio digital, quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: Durante a vigência da portaria de outorga. 2. Manter, à jusante do local da intervenção, um fluxo residual mínimo de 0,033 m³/s ou 33 l/s, que corresponde a 100% da vazão Q7,10. PRAZO: Durante a vigência da portaria de outorga. 3. Realizar medições diárias do fluxo residual, armazenando os dados em planilhas, conforme modelo disponível no sítio eletrônico Igam, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, ou entidade por ele delegada, e serem apresentadas ao IGAM, por meio digital, quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: Durante a vigência da portaria de outorga. 4. Caso a Cobrança pelo Uso de Recurso Hídrico-CRH já tiver sido instituída pelo respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica, deverá o usuário proceder com o pagamento regular da cobrança, conforme determinado pela Lei nº 13.199/1999. A ausência de pagamento implicará na inscrição em dívida ativa e posterior inclusão no Cadastro 95/95 Informativo de Inadimplência em Relação a Administração Pública do Estado de Minas Gerais-CADIN-MG, nos termos Decreto Estadual nº 46.668/2014, ou norma que vier a substituí-lo. PRAZO: Ano subsequente ao exercício de apuração. Município: Buritís – MG.

Retifica-se a portaria nº 0601287 publicada dia 07/12/2018. Onde se lê: Outorgado: Buritís Agropecuária Ltda. CNPJ 21.128.699/0002-20. Leia-se: Outorgado: Agenor Giardini Neto. CPF 055.***.***.***. Município: Buritizeiro - MG.

Retifica-se a portaria nº 0601277 publicada dia 07/12/2018. Onde se lê: Outorgado: Buritís Agropecuária Ltda. CNPJ 21.128.699/0002-20. Leia-se: Outorgado: Agenor Giardini Neto. CPF 055.***.***.***. Município: Buritizeiro - MG.

CANCELAMENTO:
Cancela-se a pedido do Empreendedor a portaria nº. 01115 publicada dia 10/05/2016. Outorgada: Carbetó de Sílício Sika Brasil Ltda. CNPJ. 32.870.697/0003-00. Curso d'água: Poço Tubular. Motivo: Tendo-se em vista o tamponamento definitivo do poço, o qual foi realizado no período de 26 de junho a 01 julho de 2023. Município: Nazareno - MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia nas URA's, SUL DE MINAS e NOROESTE DE MINAS. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 29 de Novembro de 2023.

Os Coordenadores das Unidades Regionais de Gestão das Águas Urga's, do Norte de Minas e Alto São Francisco, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igamnº 44, de 25 de setembro de 2023, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Retificações:
Retifica-se a portaria nº. 00065publicada dia 09/01/2016. Onde se lê: Outorgado: Evander dos Santos Correia. CPF: 146.***.***.49. Área inundada de 69,96 ha. Vazão Autorizada (l/s): 200,0. Finalidade: Irrigação de uma área de 191 ha através do método de pivô central, com o tempo de captação de 10:00 horas/dia e 12 dias/mês nos meses de março, abril, maio, agosto, setembro e outubro e volumes máximos mensais de 86,400 m³. Leia-se: Outorgados: Evander dos SantosCorreia e Demerval Germano da Cruz. CPFs: 146.***.***.49 e369.***.***.49.Área inundada de 69,96 ha. Vazão Autorizada (l/s): 100,0. Finalidade: Irrigação de uma área de 191 ha através do método de pivô central, com o tempo de captação de 10:00 horas/dia e 15 dias/mês nos meses de janeiro e dezembro, 28 dias no mês de fevereiro, 31 dias nos meses de março, maio, agosto e outubro, 30 dias nos meses de abril, setembro e novembro e volumes máximos mensais de54000 m³ nos meses dejaneiro e dezembro; 100800 m³ no mês de fevereiro, 111600 m³ nos meses demarço, maio, agosto e outubro, 108000 m³ nos meses de abril, setembro e novembro.Município: Taiboeiras – MG.

Retifica-se a publicação do dia 29/11/2023. Onde se lê: O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas da URGa Noroeste de Minas, no uso da competência estabelecida no Artigo 9º do Decreto 47.866 de 19 de fevereiro de 2020, delegada pela Portaria Igam nº 44, de 25 de setembro de 2023, cientifica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: Leia-se: A Coordenadora da Unidade Regional de Gestão das Águas da URGa Alto São Francisco, no uso da competência estabelecida no Artigo 9º do Decreto 47.866 de 19 de fevereiro de 2020, delegada pela Portaria Igam nº 44, de 25 de setembro de 2023, cientifica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: *Processo nº 58756/2022, Usuário: Viver Minas Mineração Ltda, Candeias, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1206535/2023. *Processo nº 66093/2023, Usuário: Eva Azul Ltda, Perdigão, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1206548/2023. *Processo nº 63367/2023, Usuário: Fundimig Indústria de Peças e Componentes Ltda, Carmo da Mata, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1206550/2023. *Processo nº 63368/2023, Usuário: Fundimig Indústria de Peças e Componentes Ltda, Carmo da Mata, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1206551/2023. *Processo nº 63724/2023, Usuário: Fundimig Indústria de Peças e Componentes Ltda, Carmo da Mata, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1206552/2023. *Processo nº 34314/2023, Usuário: Angela Soares Hostalética Batista, Piumhi, Deferido, Portaria nº 1206553/2023. *Processo nº 42421/2023, Usuário: José Evandro de Medeiros, Martinho Campos, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1206555/2023. *Processo nº 59093/2023, Usuário: Plácido Ribeiro Vaz, Arcos, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1206556/2023. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa Alto São Francisco. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Divinópolis, 28 de Novembro de 2023.

CANCELAMENTOS:
Cancela-se a portaria de nº 00207 publicada dia 31/03/2023, que indeferiu o processo nº. 00301 de 04/01/2023. Requerente: Condomínio Residencial Primavera CNPJ: 18.787.231/0001-52. Motivo: Considerando o princípio de Autotutela, de acordo com o artigo 64 da Lei Estadual nº 14.184/2002. Município: Montes Claros - MG. Mantido o indeferimento da portaria nº 01108 publicada dia 15/05/2019. Requerente: Claudio Geraldo Lopes. CPF: 260.***.***.***. Motivo: O indeferimento do pedido de reconsideração. Município: Montes Claros - MG.

Mantido o indeferimento da portaria nº. 00444 publicada dia 24/08/2023. Requerente: Fabiano Brandão Cardoso. CPF: 821.***.***.49. Motivo. Não conhecimento do Pedido de Reconsideração, nos termos do Art. 37, Decreto 47.705/2019.Município: Bom Despacho – MG. Mantido o indeferimento da portaria nº. 00443 publicada dia 24/08/2023. Requerente: Fabiano Brandão Cardoso. CPF: 821.***.***.49. Motivo. Não conhecimento do Pedido de Reconsideração, nos termos do Art. 37, Decreto 47.705/2019.Município: Bom Despacho - MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia nas URGAs, NORTE DE MINAS e ALTO SÃO FRANCISCO. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 29 de Novembro de 2023.

DIÁRIO DO EXECUTIVO

Retifica-se a portaria nº 0701138/2019 publicada dia 29/01/2019: Onde se lê: Outorgado: Giovanni Batista Paludo e Outros/ Fazenda Nova Conquista I, II, III e IV. CPF: 256.35*.***.***. Leia-se: Outorgado: PP Agropecuária Ltda/ Fazenda Nova Conquista I, II, III e IV, Gibóia e Garapa e Gato Preto V. CNPJ: 20.196.162/0001-54. Município: Unaí/ MG.

O Processo Administrativo encontra-se disponível para consulta e cópia na URA - NOROESTE DE MINAS. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Unaí, 29 de novembro de 2023.

29 1875211 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas da URGa Noroeste de Minas, no uso da competência estabelecida no Artigo 9º do Decreto 47.866 de 19 de fevereiro de 2020, delegada pela Portaria Igam nº 44, de 25 de setembro de 2023, cientifica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: *Processo nº 63004/2023, Usuário: Carlos Cesar Vieira da Luz, Arinos, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1706621/2023. *Processo nº 25530/2023, Usuário: Vicente Antônio de Araújo, Lagamar, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1706623/2023. *Processo nº 54627/2023, Usuário: Edmilson Santana, Unaí, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1706624/2023. *Processo nº 66076/2023, Usuário: Rudinei Borgetti, Chapada Gaúcha, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1706625/2023. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa Noroeste de Minas. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Unaí, 29 de Novembro de 2023.

29 1875675 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, URGAZona da Mata, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igamnº 44, de 26 de setembro de 2023, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: *Processo nº 55573/2023, Usuário: Latícinios Leolac Ltda, Leopoldina, Deferido com condicionantes, Portaria nº 2006595/2023. *Processo nº 55574/2023, Usuário: Latícinios Leolac Ltda, Leopoldina, Deferido com condicionantes, Portaria nº 2006597/2023. *Processo nº 55572/2023, Usuário: Latícinios Leolac Ltda, Leopoldina, Deferido com condicionantes, Portaria nº 2006598/2023. *Processo nº 65413/2023, Usuário: Eraldo José Pontes de Oliveira, Jequeri, Deferido com condicionantes, Portaria nº 2006599/2023. *Processo nº 38683/2023, Usuário: Jair Pereira da Mota, Divinésia, Deferido, Portaria nº 2006600/2023. *Processo nº 67042/2023, Usuário: Companhia de Saneamento de Minas Gerais, São João Nepomuceno, Deferido com condicionantes, Portaria nº 2006603/2023. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa Zona da Mata. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Ubá, 29 de Novembro de 2023

29 1875068 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas Urga do Norte de Minas, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igamnº 44, de 25 de setembro de 2023, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: *Processo: 68484/2023, Empreendedores: Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – Usuários de Poços Tubulares: Adelson Mendes Costa, Agropecuária Elinenzia Ltda, Aloísio Teixeira de Aguiar, Ana Antunes Jorge Almeida, Anaci de Souza Sã, Ângela Goulart Gontijo, Antônio Nunes da Silva, Antônio Rodrigues Gomes, Benedito Nunes da Silva, Berenice Fernandes Torres, Bruno Marques Felipe, Carlos Alberto Lopes Fonseca, Célia Koga Magário, Cerâmica Gorutuba Ltda – Filial, Cirilo Borges Pinto, Dosanogo Frutas Tropicais Ltda, Edmundo Américo Dias Soares, Emílio Gustavo Teixeira Lage, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Espólio Ana Soares do Reis, Eva Maria de Jesus Oliveira, Foco Agropecuária S/A, Francisco Antônio Mendes, Francisco Martins da Silva, Frigojan Services Ltda, Fundação Hospitalar de Janaúba, Gedilmar Marques Dias, Hebert de Souza Junior, Helber Danilo Teles Caldeira, Herberth de Souza, Herculano Gomes Luz, Holding Terranova S.A., Huarrisson Antunes Cangussu, Jaime de Serna Gonzaga, Joanine Soares de Souza, João Martins da Silva, Joaquim Borges dos Santos, Joaquim Camilo do Carmo, Joaquim Rodrigues Siqueira, José Alves Ferreira, José Carlos Carmanini, José Carlos Mendes Filho, José Nêro Medeiros Batista, José Pereira Filho, Juezar Carlos Dias de Oliveira, Juracy Fagundes Jacome, Jurden de Oliveira Santos, Kaio Felipe Sousa Jácome, KMG Frigorífico Ltda, Leonídio Mendes Barbosa, Luciano Cloves da Fonseca, Luciene Maria da Silva Miranda, Luiz Soares Santos, Marcelo Martins Araújo, Marcos de F Ribeiro, Marielle Caires Antunes, Marivone Alves Moreira Pereira, Meta Agropecuária S.A., Minerva S.A., Oscar Magário Neto, Oscar Martins da Silva, Osmar Borges Pinto, Prefeitura Municipal de Janaúba, Pujucan Matoso Viana, Reinaldo Lino Madureira, Rodrigo Silva Diniz, Rogério Antônio Felipe, Rui Soares de Oliveira, Samuel Medeiros de Barros, Sandra Maria Ruas Mendes Rabelo, Sara Scl Lopes de Almeida, Serra Geral Distribuidora de Bebidas Ltda, Shizuma Kanemoto, Valdivino Martins da Silva, Vítorio Caires, Municípios: Janaúba e Nova Porteirinha, Status: Deferido com condicionantes, Portaria: 00592/2023.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa NORTE DE MINAS. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 29 de Novembro de 2023.

29 1875294 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas Urga do Norte de Minas, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igamnº 44, de 25 de setembro de 2023, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo: 68485/2023, Empreendedores: Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – Usuários de Poços Tubulares: Adelino Antônio de Aguiar, Alexandre Barbosa de Sales, Associação dos Trabalhadores Rurais Sempre Verde, Banarica Ltda, Benedito Gomes de Souza, Cacio Cleder Barbosa, Carlos Silva Pereira, Carlota Mendes Alves, Celsino Barbosa de Sales, Clemente Rodrigues do Amarante, Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA/MG, Edilson Francisco de Souza, Edmilson Francisco de Souza, Elaidio Alves de Araújo, Ely Francisco de Souza, Espólio de Elpidio Cardoso de Sá, Fernando Rodrigues Soares, Foco Agropecuária S/A, Francisco de Paula Salviano Filho, Geailsson Tranquilino Alves Barbosa, Geraldo Mendes de Souza, Gercino Barbosa de Sales, Gilberto Teodoro de Souza, Henriqueta Custodio de Sales, João Evangelista da Silva, João Gonçalves Pereira, João Sivirino Barbosa, José Antônio de Souza, José Carlos Medeiros dos Santos, Juezar Carlos Dias de Oliveira, Júlio César Aguiar Diniz, Márcio Ronald Malheiros, Maria Cândida de Jesus, Maria Nívia Francisca de Souza Oliveira, Município de Porteirinha, Nélcio Barbosa Sales, Nilde Antunes Rodrigues Lage, Norberto Mendes Ferreira, Ronivaldo Araújo Nogueira, Sertão Agronegócios Ltda, Valdete Macedo da Silva, Municípios: Porteirinha e Nova Porteirinha, Status: Deferido com condicionantes, Portaria: 00593/2023.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGa NORTE DE MINAS. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 29 de Novembro de 2023.

29 1875442 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas,URGA Central Metropolitana, no uso da competência delegada pela Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: Arquivamento:
Arquiva-se o processo nº. 59207 de 25/11/2022. Requerente: Pedro Nilton Silva Ferreira. CPF: 234.34x.xxx-xx. Curso d'água: Córrego Mato Capim. Motivo: Considerando os termos do Art. 36, Inciso X da Portaria Igam nº 48/2019. Município: Moeda - MG.

QUINTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 2023 – 45

Retificações:
Retifica-se a portaria nº. 1302274 publicada dia 13/04/2023. Onde se lê: Outorgado: Construtora Agmar Ltda. CNPJ: 18.778.225/0001-39. Vazão Autorizada (m³/h): 4,0. Com o tempo de captação de 06:30 horas/dia e 12 meses/ano. Leia-se: Outorgado: Edifício Mont Treblant. CNPJ: 12.355.107/0001-31. Vazão Autorizada (m³/h): 4,0. Com o tempo de captação de 13:00 horas/dia e 12 meses/ano. Município: Nova Lima – MG.

Retifica-se a portaria nº. 1307324 publicada dia 10/09/2021. Onde se lê: Outorgado: Paiol Empreendimento Imobiliário S.A. CNPJ: 33.949.473/0001-99. Vazão Autorizada (m³/h): 6,0. Com o tempo de captação de 05:30 horas/dia e 12 meses/ano. Finalidade: Consumo humano. Condicionantes: 1. Comprovar a instalação do sistema de medição e horímetro nas captações de águas subterrâneas por meio de poços tubulares e dos dispositivos que permitam a coleta de água para monitoramento de qualidade e medições de nível estático. Obs.: O sistema de medição adotado na intervenção outorgada deverá ser tecnicamente aplicável ao meio de captação e monitoramento e possuir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA. O bombeamento/ captação somente será autorizado após a instalação dos dispositivos de monitoramento exigidos pela condicionante supracitada. PRAZO: Até 60 (sessenta) dias após a publicação da portaria de outorga. 2. Realizar leituras diárias de vazão captada e do tempo de captação, armazenando-as na forma de planilhas ou de outra forma determinada pelo IGAM, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, ou entidade por ele delegada, e serem apresentadas ao IGAM, por meio físico e digital (planilha do Excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: A partir da instalação dos sistemas de medição. 3. Realizar monitoramento do nível estático semestralmente, armazenando os dados em formato de planilhas ou de outra forma determinada pelo IGAM, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, ou entidade por ele delegada, e serem apresentadas ao IGAM, por meio físico e digital (planilha do Excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: Semestralmente a partir da instalação dos sistemas de medição. 4. Comprovar a implantação de laje de proteção com 01m2 de área e 0,2m de espessura no poço por meio de relatório fotográfico. PRAZO: Até 90 (noventa) dias a partir da publicação da portaria de outorga. Leia-se: Outorgado: Associação do Terras Altas – Condomínio de Hectares. CNPJ: 39.325.355/0001-96. Vazão Autorizada (m³/h): 4,8. Com o tempo de captação de 16:00 horas/dia e 12 meses/ano. Finalidade(s): Consumo humano, irrigação de uma área de 2,3 ha através do método de aspersão convencional. Condicionantes: 1. Instalar sistema de medição de vazão captada, horímetro e dispositivos que permitam a coleta de água para monitoramento de qualidade e medições de nível estático. O sistema de medição adotado na intervenção outorgada deverá ser tecnicamente aplicável ao meio de captação e monitoramento e possuir Anotação de Responsabilidade Técnica - ART expedida pelo conselho profissional competente. PRAZO: A implantação dos equipamentos supramencionados deverá ocorrer antes do início do bombeamento. 2. Realizar leituras semanais de vazão captada e do tempo de captação, armazenando os dados em planilhas, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, ou entidade por ele delegada, e serem apresentadas ao Igam, por meio digital (planilha do Excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: A partir da instalação dos sistemas de medição. 3. Realizar monitoramento do nível estático semestralmente, armazenando os dados em planilhas, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, ou entidade por ele delegada, e serem apresentadas ao Igam, por meio digital (planilha do Excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: A partir da instalação dos sistemas de medição. 4. Comprovar, por meio de relatório fotográfico e laudo, a implantação de laje de proteção no poço, com 1,00 m² de área e 0,20 m de espessura. PRAZO: Até 90 (noventa) dias a partir da publicação da portaria de outorga. 5. Caso a Cobrança pelo Uso de Recurso Hídrico-CRH já tiver sido instituída pelo respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica, deverá o usuário proceder com o pagamento regular da cobrança, conforme determinado pela Lei nº 13.199/1999. A ausência de pagamento implicará na inscrição em dívida ativa e posterior inclusão no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação a Administração Pública do Estado de Minas Gerais-CADIN-MG, nos termos do Decreto Estadual nº 46.668/2014, ou norma que vier a substituí-lo. PRAZO: Ano subsequente ao exercício de apuração. Município: Brumadinho – MG.

Retifica-se a portaria nº. 1202765 publicada dia 27/04/2022. Onde se lê: Outorgado: Stiva Alimentos Eireli. CNPJ: 07.865.685/0001-88. Vazão Autorizada (m³/h): 1,62. Com o tempo de captação de 19:00 horas/dia e 12 meses/ano. Condicionantes: 1. Comprovar a instalação do sistema de medição e horímetro nas captações de águas subterrâneas por meio de poços tubulares e dos dispositivos que permitam a coleta de água para monitoramento de qualidade e medições de nível estático e dinâmico, conforme estabelecido pela Portaria Igam 48/2019. PRAZO: Até 60 dias após a publicação da portaria de outorga; 2. O sistema de medição adotado na intervenção outorgada deverá ser tecnicamente aplicável ao meio de captação e monitoramento e possuir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia–CREA. 3. O bombeamento/captação somente será autorizado após a instalação dos dispositivos de monitoramento exigidos pela Portaria Igam 48/2019. 4. Realizar leituras semanalmente de vazão captada e do tempo de captação, armazenando-as na forma de planilhas ou de outra forma determinada pelo IGAM, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, ou entidade por ele delegada, e serem apresentadas ao IGAM, por meio físico e digital (planilha do Excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: A partir da instalação dos sistemas de medição. 5. Realizar monitoramento do nível estático semestralmente, armazenando os dados em formato de planilhas ou de outra forma determinada pelo IGAM, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, ou entidade por ele delegada, e serem apresentadas ao IGAM, por meio físico e digital (planilha do Excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: A partir da instalação dos sistemas de medição. 6. Realizar monitoramento do nível estático semestralmente, armazenando os dados em formato de planilhas ou de outra forma determinada pelo IGAM, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, ou entidade por ele delegada, e serem apresentadas ao IGAM, por meio físico e digital (planilha do Excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: Semestralmente a partir da instalação dos sistemas de medição. 6. Cumprimento as demais obrigações estabelecidas pela Portaria IGAM48/2019, no que couber, dando o modo de uso da intervenção em recurso hídrico. 7. Apresentar cópia de protocolo de notificação junto à Vigilância Municipal em Saúde, sobre captação de água outorgada na presente Portaria, informando que se destina ao consumo humano, para que a mesma possa acompanhar o atendimento à Portaria do Ministério da Saúde nº 2.914 de 12 de dezembro de 2011. PRAZO: 30 dias a partir do AR do Certificado. Leia-se: Outorgado: Stiva Alimentos Ltda. CNPJ: 07.865.685/0001-88. Vazão Autorizada (m³/h): 3,0. Com o tempo de captação de 16:00 horas/dia e 12 meses/ano. Condicionantes: 1. Instalar sistema de medição de vazão captada, horímetro e dispositivos que permitam a coleta de água para monitoramento de qualidade e medições de nível estático. O sistema de medição adotado na intervenção outorgada deverá ser tecnicamente aplicável ao meio de captação e monitoramento e possuir Anotação de Responsabilidade Técnica - ART expedida pelo conselho profissional competente. PRAZO: A implantação dos equipamentos supramencionados deverá ocorrer antes do início do bombeamento. 2. Realizar leituras mensais de vazão captada e do tempo de captação, armazenando os dados em planilhas, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, ou entidade por ele delegada, e serem apresentadas ao Igam, por meio digital (planilha do Excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: A partir da instalação dos sistemas de medição. 3. Realizar monitoramento do nível estático semestralmente, armazenando os dados em planilhas, que deverão estar disponíveis no momento da fiscalização realizada por órgão integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, ou entidade por ele delegada, e serem apresentadas ao Igam, por meio digital (planilha do Excel ou análoga), quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. PRAZO: A partir da instalação dos sistemas de medição. 4. Comprovar, por meio de relatório fotográfico e laudo, a implantação de laje de proteção no poço, com 1,00 m² de área e 0,20 m de espessura. PRAZO: Até 90 (noventa) dias a partir da publicação da portaria de outorga. 5. Caso a Cobrança pelo Uso de Recurso Hídrico-CRH já tiver sido instituída pelo respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica, deverá o usuário proceder com o pagamento regular da



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202311300112080145.